



## **FAVELA, MÍDIA E REMOÇÕES: DISCURSO JORNALÍSTICO, IMAGENS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM FAVELAS CARIOCAS**

**Pablo Nunes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
pamourarj@gmail.com

### **Resumo:**

Apesar da imagem que ficou marcada na história, de um território de pobreza, origem da violência urbana e lar da população mais vulnerável, as favelas tiveram diversas imagens ao decorrer do tempo. As políticas públicas mais mobilizadas para esses territórios historicamente são as de habitação, que oscilam entre a remoção e a urbanização. Utilizando material jornalístico de três anos do século XX (1905, 1964 e 1968), analisado com técnicas qualitativas e quantitativas, pontua-se que a mídia refletiu o contexto geral das políticas públicas de sua época, em um balanço que ora criminalizava, ora evidenciava complacência com a resolução de suas mazelas. O jornal de cada contexto se constitui como um arquivo de memória dos processos sociais em questão nos diferentes momentos históricos.

### **Palavras-chave:**

representações sociais; favelas; mídia; remoções.

### **Abstract:**

Along with the traditional image of being a territory of poverty and a source of urban violence which is home to the most vulnerable population, the favelas had other images over time. Historically, the most frequently employed public policies for these territories were related to housing, which oscillate between removal and urbanization. Using newspaper material from 1905, 1964 and 1968, analyzed with qualitative and quantitative techniques, we emphasize the fact that the media reflected the general context of the public policies of its time, giving rise to a balance that at times criminalized and sometimes showed complacency with the resolution of the main issues. In each context, the press constitutes a memory file of the social processes at different historical moments.

### **Keywords:**

Favelas; Social representations; media; Removals.

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma amostra da cobertura jornalística sobre favelas do Rio de Janeiro em três anos distintos. Esses anos foram escolhidos por estarem situados dentro de contextos de remoções de favelas e habitações populares. A seleção foi feita com vistas a apresentar a construção do discurso da mídia em relação às favelas em períodos dramáticos de remoções arbitrárias e autoritárias, que marcaram a história das favelas nessa cidade. A hipótese que norteia o artigo é de que o discurso midiático, as políticas públicas e a sociedade, estejam ligados em uma dinâmica de criação, reprodução e amplificação de imagens sociais que na maioria das vezes essencializa os moradores de favelas e seus territórios.

De certo que a construção de tipos sociais “desviantes” é importante no processo de legitimação de políticas públicas autoritárias para com os alvos desta essencialização, notando a mídia como grande atriz social na medida em que possui em suas mãos a possibilidade de construir um discurso próprio e massificá-lo para toda a população. Nesse sentido, a mídia, especificamente no papel dos jornais, é encarada neste trabalho como agente social de profunda importância na legitimação e condução das políticas públicas voltadas para as favelas nos períodos analisados.

Utilizando bibliografia especializada na discussão sobre as questões das favelas no Rio de Janeiro e estudos sobre o papel da mídia na construção de representações sociais, pode-se analisar as matérias escolhidas para cada ano como registros de memória da representação social da favela naquele contexto. Reconstruindo esses contextos por meio desses registros podemos analisar a forma pela qual cada jornal se posicionou em seu discurso, evidenciando uma posição ideológica e política.

O artigo está dividido em seis sessões. A primeira aborda as questões metodológicas do trabalho, que utilizou técnicas qualitativas e quantitativas de análise do material jornalístico. A segunda sessão realiza uma discussão preliminar sobre o papel e os mecanismos da mídia em sociedade. Em seguida, serão realizadas as discussões sobre as matérias recolhidas nos anos de 1905, 1964 e 1968, cada qual em uma sessão específica. Por fim, serão retomadas algumas questões na conclusão e a indicação de alguns possíveis desdobramentos que possivelmente serão abordados em trabalhos posteriores.

## Metodologia

Pensando o discurso midiático como prática social, que se articula dialeticamente com as imagens coletivas e as políticas públicas, proponho o estudo crítico dessa “fala do crime” (CALDEIRA, 2000) com vistas a lançar luz sobre o processo de construção, manutenção e amplificação da imagem da favela e de seus moradores como “desviantes”. No presente trabalho foram selecionados três anos correspondendo aos períodos de maiores remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: 1905, na Reforma Pereira Passos; 1964, no governo de Carlos Lacerda; e 1968, no governo de Negrão de Lima, no contexto da ditadura militar. Em cada um desses anos o jornal de maior projeção social, cada qual com sua especificidade, foi escolhido para a análise de suas matérias que versassem sobre o tema “favela” e/ou “favelados”.

No caso do ano de 1905, a escolha foi feita por se tratar do ano em que as reformas urbanas iniciadas em 1903 começaram a ganhar visibilidade social (MATTOS, 2009). De certo, no período, não podemos tomar a palavra “favela” como um substantivo comum e sim como a nomeação do Morro da Favela (ABREU, 1994: p. 35). Assim, o período vai ser tomado como o germe da favela e da construção de sua imagem. Para a análise proposta foi escolhido o jornal *Correio da Manhã*, que possuía prestígio e figurava com um dos principais jornais da época. Além disso, possuía seu foco centralizado nas classes mais altas, sem filiação com partido e era um dos jornais com maior tiragem no país (CHAMMAS, 2012: p. 12). No ano de 1964, o governador Carlos Lacerda prosseguia com sua política remocionista na cidade, destruindo diversas favelas. Para a análise do discurso midiático do período, foi escolhido o *Jornal do Brasil*, um dos mais influentes à época. Ao ano de 1968, no governo de Negrão de Lima, as remoções prosseguiram como política de estado, dialogando com tentativas de urbanização. Lembrando que o contexto nacional era de ditadura militar, apesar de Negrão de Lima não ser o candidato favorito dos militares, tendo sua eleição precipitado a edição do AI-2, que acabou com o pluripartidarismo no Brasil. Para esse ano, o jornal usado continua sendo o *Jornal do Brasil*, por permanecer como um veículo privilegiado de informação ao alcance de público.

A análise será feita utilizando algumas técnicas quantitativas e qualitativas. A análise qualitativa abordará as questões relacionadas a formatação das matérias, seu

posicionamento no corpo do jornal, sua confecção visual, os argumentos acionados para construção dos sentidos, e a sua comparação com os outros períodos estudados. Na análise quantitativa serão analisadas nuvens de palavras geradas pelos textos das matérias selecionadas. Nessa técnica, constrói-se um diagrama de palavras com maiores frequências de repetição no texto. Quanto maior a frequência de aparecimento da palavra, maior o seu tamanho na nuvem. Espera-se com essa técnica evidenciar os termos e imagens que são frequentemente acionados no discurso midiático para representar a favela e seus moradores. Os resultados serão sempre comparados com a bibliografia sobre as favelas no decorrer desse mais de um século de existência.

Para cada ano selecionado, houve uma busca textual nos jornais pelos termos “favela” (“favella”, no caso de 1905) e “favelados”. Para o ano de 1905 foram recolhidas onze matérias que versavam sobre o assunto, sendo sua totalidade utilizada para a análise. Para os anos de 1964 e 1968 a busca resultou em um número grande de matérias, sendo retirada uma amostra sistemática desses anos. Assim, a cada 5 dias foi verificado se a edição do jornal possuía matéria relativa as favelas cariocas. Em caso positivo, foram recolhidas as matérias que se enquadravam e no negativo, o dia foi pulado. Ao final, a amostra do ano de 1964 resultou em 39 casos e do ano de 1968, 25 matérias, resultando em um total de 75 matérias.

### **Discurso midiático: algumas abordagens**

Nos países democráticos a mídia está intimamente relacionada com as mudanças mais importantes acontecidas após sua consolidação como meio de comunicação de massa. O caso brasileiro não é diferente. Mudanças substanciais, ocorridas especificamente nos jornais, alteraram as estratégias e o modo de cobrir os fatos, abandonando algumas práticas que prejudicavam a transmissão da informação de modo menos enviesado (troca de favores com policiais, etc.). Em relação à formação daqueles que cobrem a área de segurança nos jornais, podemos notar uma gradual e contínua mudança de perfil desses profissionais (RAMOS & PAIVA, 2005). Atualmente, os jornalistas dedicados ao caderno policial estão mais especializados, se dedicando a cursos de formação na área, diferentemente do que ocorria no passado. Enfim, nos últimos tempos os jornais têm sofrido modificações estruturais que afetaram diretamente o modo pelo qual a notícia chega aos leitores. Essas mudanças

são fundamentais, já que a mídia desempenha papel importante dentro do debate público, influenciando a opinião da sociedade em geral e as ações governamentais. Sobre esse caráter da mídia, Porto diz que:

Os media constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais as quais, para além de seu conteúdo de falsas ou verdadeiras, tem função pragmática enquanto orientadoras de condutas dos atores sociais. Sendo assim, faz sentido argumentar em favor da relevância do tema como subsídio para a formulação de políticas para a área, não por serem as representações sinônimo de verdade, mas por se constituírem em veículos privilegiados de crenças, valores e anseios de distintos setores da sociedade. (PORTO, 2010: p. 160)

Existem diversas teorias que tem na análise do discurso midiático e sua relação com o crime e a violência seu foco de estudo. Este trabalho não se propõe a uma discussão extensiva das escolas de pensamento que se debruçaram sobre a temática. Serão abordadas algumas visões que auxiliam no entendimento da relação dos veículos midiáticos com a sociedade de forma a criar um arcabouço teórico-conceitual que permita a discussão das matérias selecionadas e suas articulações argumentativas. Assim, serão utilizados alguns conceitos-chave de análises sobre o discurso, a questão urbana e a mídia, instrumentalizando a análise em diferentes perspectivas.

A Análise Crítica do Discurso se apresenta como uma abordagem interdisciplinar que se preocupa em estudar o discurso, evidenciando sua relação com o meio social. Fairclough é considerado um expoente dessa perspectiva de análise, tomando o discurso como uma forma de prática social. O discurso passa a ser enxergado como pertencendo a uma relação dialética com a sociedade, criando e ao mesmo tempo sendo criado, em uma dinâmica inesgotável. Ao tomar o discurso como prática social, Fairclough se apodera das análises da tradição microsociológica que considera a prática social como o produto de indivíduos que se enxergam pertencentes a um grupo no qual compartilham símbolos e códigos de entendimento do mundo, dando sentido ao mesmo. Compondo seu escopo de análise, o autor também se apropria da análise macrosociológica para evidenciar o caráter de prática discursiva na relação entre o discurso e as estruturas sociais. Por fim, para analisar o discurso como texto ele se vale da tradição linguística e das análises textuais. Segundo o autor, as escolhas de como os símbolos serão organizados, a forma como serão conjugadas ideias e sentidos e a disposição das orações no texto evidenciam

escolhas de interpretação do mundo que em última instância revelam a tentativa de criar, manter ou subverter identidades e relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001: p. 104).

Caldeira em seu trabalho denominado *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, trata da relação narrativa entre crime e sociedade, cunhando a concepção de “fala do crime”. Segundo Caldeira (2000), as narrativas são uma forma de ação social, pois produzem uma ordenação de mundo, ou seja, uma forma de organizá-lo e assim conferir lógica e sentido a ele. Nesse sentido, a “fala do crime”, segundo a autora, passa ser a “fala da cidade”, na medida em que o crime é a temática recorrente pela qual grande parte dessa ordenação do mundo é feita. O sentimento de insegurança e medo passa a ser naturalizado, pois a violência é massificada e tratada como banal, natural e imprevisível. Grande parte desse sentimento é causada pelo discurso midiático que acaba por incorporar essa “fala do crime”, massificando a violência ocorrida em toda a cidade. A mídia, assim como as narrativas, cria uma imagem da violência e dos atores envolvidos, produzindo para seus espectadores uma ordenação de mundo, que na maioria das vezes caracteriza o “Outro” como fonte da violência retratada.

Em seu livro *Media and Crime*, Jewkes (2004) trata de diversos elementos constitutivos da confecção das notícias sobre crime e fornece elementos para pensar sobre o quadro de referências a que os jornais se utilizam para delimitar, organizar e divulgar determinados fatos como notícias.

*Thus, despite often being described as a 'window on the world' or a mirror reflecting 'real life', the media might be more accurately thought of as a prism, subtly bending and distorting the view of the world it projects.*  
(JEWKES, 2004: p. 50)

As imagens que a mídia veicula, nesse sentido, não são a realidade como dada, obviamente, mas uma distorção da realidade provocada pela cultura e dependente de dois fatores específicos: contexto tecnológico, social e político em que a mídia se encontra e a composição da audiência do veículo. Os diferentes contextos vão influenciar na produção das notícias, mobilizando alguns instrumentos discursivos para a construção de uma narrativa que atenda aos interesses ideológicos.

O “*over-reporting*” é a técnica de massificar casos antigos para dar proporções maiores ao caso atual. É vastamente utilizado, trazendo para a atualidade um histórico selecionado de casos que estariam diretamente ligados por semelhança ao

evento noticiado. A tendência do repórter em dar maior visibilidade aos casos que mais lhe chamam atenção acaba por expor um sentido, uma escolha orientada por valores, concentrando as matérias em determinados crimes. Por fim, a obsessão pelo relato oficial é uma maneira de legitimar a matéria, mas que traz prejuízos para a cobertura do fato, pois se baseia em um dado já manipulado.

O conhecimento sobre “quem lê” o jornal é fundamental na construção do discurso midiático, influenciando, padronizando e normalizando as imagens dos grupos e da estrutura social como um todo. Assim, há uma hierarquia de fatos que merecem ser pautados (*newsworthiness*). Essa hierarquia se dá tanto na seleção do que será veiculado e o que não, quanto na própria estrutura do jornal em si, localizando notícias “mais relevantes” em espaços privilegiados dentro do corpo do jornal.

Jewkes seleciona alguns valores que norteiam as pautas das mídias no século XXI na tentativa de evidenciar a matriz de pensamento que viabiliza a construção dos discursos. Alguns norteadores são interessantes para pensar as questões propostas nesse trabalho e serão abordados a seguir.

Primeiramente, a escala da midiatização em local e nacional traz algumas questões sobre a proximidade do leitor das notícias. Casos de violência mais localizados e não extraordinários não são abordados em mídia nacional e vão ser mais explorados na local. Quando esses casos são interessantes para se fazer uma articulação nacional, para colaborar com a construção de uma ideia a ser massificada, essas notícias serão comprimidas, como se houvesse um nexo entre elas (*over-reporting*).

Os fatos que são extraordinários são mais midiatizados dos que os ordinários. Essa seleção compromete a visão geral, pois privilegia eventos que não correspondem a vivência diária da maior parte da população. Além dessa escolha, há a distorção dos fatos para que assumam um caráter extraordinário, promovendo uma amplificação do caso que não corresponde à realidade (como o instrumento de *over-reporting* visto anteriormente). Disso depreende-se que o *newsworthiness* não muda de uma hora, pois o sistema de valores e normas que estruturam e guiam as ações da mídia são cristalizados e resistentes a mudanças. Assim, se a mídia espera que algo aconteça, o mesmo ocorrerá pelo uso desses mecanismos e instrumentos, que distorcem a realidade e a enquadra dentro dos anseios midiáticos.



A simplificação dos casos é outra questão inerente a cobertura jornalística. Os eventos tais como dados na realidade apresentam uma complexidade inesgotável e é uma tarefa impossível dar conta de todo esse volume de informação. Mas o que acontece na maioria dos casos é que o jornalista se posiciona em um dos prismas de análise e só apresenta uma versão dos fatos. Essa simplificação se apresenta na forma das matérias, que em sua maioria são curtas e de rápida leitura para prender o leitor; e a diminuição de possibilidades explicativas, focando somente em uma. Assim, as matérias não se constroem com uma abertura interpretativa do seu material, constituindo-se em um discurso fechado e com sentido em si mesmo, retirando a possibilidade do simples leitor de interpretar os fatos segundo seus valores. Em relação ao crime e o desvio, quando noticiados, trazem uma carga moral muito forte, causando uma indignação social para com os seus atores. Nessa visão de mundo super-simplificada há uma pré-condenação de alguns indivíduos e grupos sociais que carregam em si símbolos distintivos que os ligam ao “crime” e ao “desvio” noticiado. O individualismo vai traçar uma ligação entre a simplificação dos casos e o risco. A individualização do crime é uma forma de simplificação, pois não mostra um contexto global do caso, trazendo a possibilidade do mesmo acontecer para dentro do horizonte de preocupação dos leitores. Há também a individualização das questões políticas, que são abordadas incorporando os problemas em um político com “nome e sobrenome”, não levando em conta uma ideologia política, esquemas e configurações mais amplas e complexas.

*Individualism is a consequence of the increasing tendency to view society as being obsessed with 'risk' and all its attendant notions, including risk assessment, risk management and risk avoidance. (REINER. Apud: JEWKES, 2004: p. 46)*

O risco será articulado como forma de generalizar o sentimento de insegurança na sociedade. Pelos mecanismos vistos anteriormente, a massificação, simplificação e individualização dos casos, há a construção de um argumento que possibilita o leitor se colocar no lugar de possível vítima da violência ou da conduta desviante. O enfoque nas características particulares do evento e sua generalização cria um sentimento de pânico geral, que constrói um desvio promotor de uma esterotipação de algumas camadas da sociedade, ligando-as ao crime de maneira direta.

Essa visão de que qualquer um está exposto ao crime é uma tendência nova no discurso midiático. No pós Segunda Guerra Mundial as notícias encorajavam a



compaixão e a ajuda aos infratores, promovendo um discurso que aproximava os indivíduos pela simpatia e compaixão, na esperança de uma reabilitação social dos mesmos (REINER, 2001). Nos dias de hoje há uma obsessão pelo risco e a lei é mais focada na retribuição do que na reabilitação, centrando as histórias de crime nas vítimas. A vulnerabilidade percebida é enfatizada como vitimização real, tornando o medo do crime uma questão de segurança pessoal (BAZELON, 1978).

Os relatos de crimes violentos recebem uma atenção especial dos jornais, porque é um crime contra a pessoa e contra o Estado, na medida em que é este que possui o monopólio do uso da força contra os indivíduos para assegurar o cumprimento das leis.

*Violence is also the ultimate crime against property and against the State. It thus represents a fundamental rupture in the social order. The use of violence marks the distinction between those who are of society and those who are outside it. The State, and the State only has the monopoly of legitimate violence, and this 'violence' is used to safeguard society against 'illegitimate' uses. (HALL et al. Apud: JEWKES, 2004: p. 70).*

Por fim, o conservadorismo se apresenta como um dos valores que norteiam a confecção das matérias jornalísticas. A relação simbiótica entre mídia e política é ilustrada pelo suporte dado pela mídia à política nas questões de lei e ordem (JEWKES, 2004: p. 76). Essa relação promove a manutenção das dinâmicas de classe e a permanência de estereótipos criminalizantes a certos grupos sociais:

*The concentration of news media on the criminal and deviant activities of people from the working classes and from religious, ethnic and cultural minorities serves to perpetuate a sense of a stratified, deeply divided and mutually hostile population. (JEWKES, 2004: p. 77)*

A utilização de técnicas narrativas construídas por um saber específico e profissional viabiliza a transmissão de conteúdos que passam despercebidos pelo expectador que não domina esses códigos. Becker (2009) coloca em questão o caráter “insidioso” de algumas produções técnicas. O termo sugere que a produção alcança um efeito no espectador/leitor que o mesmo não toma conhecimento durante o processo por não conhecer as ferramentas de construção daquele discurso. Quando não há o conhecimento sobre o processo de produção o leitor fica à mercê do produto final, sem a possibilidade de criticar a forma pela qual o mesmo foi organizado e

selecionado. Becker também chama atenção para a utilização desse saber como forma de poder nas mãos de uma parcela esclarecida:

Mas as pessoas que não tem conhecimento dessas distorções ou omissões rotineiras podem aceitar conclusões e ideias que jamais aceitariam se conhecessem os truques habituais que as conduzem para esse caminho. Se esses usuários ingênuos conhecessem como o truque foi feito, saberiam resistir a testes decisivos. E saberiam que a conclusão não seria ‘boa’, porque foi ‘impropriamente justificada’. (BECKER, 2009: p. 135)

Esses valores e instrumentos de construção de uma narrativa midiática, balizada por um sistema de valores e códigos morais, irão fornecer a população uma visão de mundo que necessariamente representa as disputas de valores e interesses de certos setores sociais. Essa construção possibilita a manutenção da ordem social e das estruturas de classe, na medida em que produz um imaginário social do que é “certo” ou “errado”, das condutas “próprias” ou “impróprias”, e consequentemente, dos que são “cidadãos plenos de direitos” e os “delinquentes”, “marginais”, “favelados”, trabalhando sempre com distinções binárias, simplificadoras e estereotipantes.

Interessante notar como nas matérias da década de 1960 há a imputação da categoria “favelado” aos moradores de favela, fazendo uma distinção dos mesmos aos cidadãos da cidade. Os que foram removidos e colocados em bairros populares construídos na época são nomeados como “ex-favelados”, como se a residência em área de favela emprestasse signos aos seus moradores, essencializando e homogeneizando uma realidade complexa. No decorrer dos anos será enfatizado cada estratégia dos jornais na construção da imagem das favelas e de seus moradores, articulando a bibliografia especializada para a construção de uma matriz de entendimento do posicionamento desses veículos em relação aos territórios de favelas.

### **1905 e o “mito de origem” da favela carioca**

O ano de 1905 é tomado nesse trabalho como cenário da primeira grande remoção das habitações populares na cidade do Rio de Janeiro. Levada por Pereira Passos, tinha por objetivo principal sanear e “civilizar” a cidade, removendo a população carente do centro, alargando ruas e construindo *boulevards*. É um ano de interesse para a análise pretendida por se tratar da primeira grande intervenção



Toda criança que tem a infelicidade de cair-lhe às mãos sai sempre com o corpo em mísero estado.

Ainda ontem, a terrível mulher agarrou no morro da Favela uma pobre criança de 7 anos de idade de nome Olga Maria de Brito e deu-lhe, além de muitas chibatadas, algumas dentadas e beliscões pelo corpo e rosto.

A inocente

Olga vendo-se depois livre das garras da desalmada mulher, foi à 9ª delegacia e ai relatou o fato ao respectivo delegado.

O dr. Virgolino de Alencar, depois de mandar submeter a pobre criança a corpo de delito, e ter encontrado em seu corpo e rosto diversas marcas da surra que levava, mandou prender a desnaturada paraguaia fazendo recolhe-la ao xadrez, depois de competentemente autuada. (MULHER BARBARA, 1905: p. 4).

Vemos a carga moral trazida no texto que enfoca o comportamento quase “animalesco” da “Mulher barbara” e a inocência da vítima. O caso foi levado ao conhecimento das autoridades pela própria criança, culminando na detenção de sua mãe. Interessante notar a comparação moral que é feita, entre o comportamento de Maria Francisca e a imagem do ideal de mãe construído pelo jornalista. Há aqui uma disputa de valores que irá conceder a Maria Francisca os símbolos de desvio da norma moral da sociedade. Segundo Becker (2008) os grupos sociais produzem regras de conduta que irão guiar as ações dos indivíduos integrantes na direção de um comportamento tomado como “correto”. Essas regras sociais são transmitidas socialmente e a não observância das mesmas acarreta a imputação de uma carga moral negativa no desviante. Aqueles que permanecem no desvio, assimilando-o como conduta de vida, são tomados como “outsiders”. A mídia tem um papel importante na construção desses indivíduos “outsiders” na medida em que é ela que, primeiramente, veicula de forma mais geral e eficaz os comportamentos morais exigidos socialmente, e em segundo lugar, dão visibilidade a esses casos de desvio, geralmente amplificando a carga moral negativa dos fatos.

O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008: p. 22)

A criação, por meio das técnicas de construção das matérias jornalísticas, dos estereótipos desviantes dos moradores da Favela ganha força e repercussão à época da Reforma Pereira Passos, relacionando a dinâmica de construção de imagens sociais sobre os seus moradores e as políticas públicas para esse território, num

processo de legitimação da ação arbitrária dos poderes públicos na erradicação das habitações populares.

### **1964 e a política lacerdista**

Carlos Lacerda foi um político influente e polêmico que governou o então Estado da Guanabara entre 1960 e 65. Sua relação com as favelas foi delicada, sendo lembrado como o grande remocionista da história do Rio de Janeiro. Seu mandato foi marcado pela revitalização do Serfha (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) sob o comando de José Arthur Rios. Esse órgão passou a fomentar a independência do morador, auxiliando a constituição de associações para servirem de instrumento de diálogo com os poderes públicos, fugindo da alternativa clientelista de obtenção de serviços básicos (LEEDS & LEEDS, 1978: p. 212). Mas na prática, essa intervenção pública se converteu numa substituição da intermediação feita pela igreja católica, não viabilizando a emancipação dos moradores de favelas (BURGOS, 2006: p. 31). A iniciativa do Serfha foi esvaziada para ser substituída pela Cohab (Companhia de Habitação Popular), que focou seus esforços na construção de moradias populares para famílias de baixa renda. Um dos resultados das políticas da Serfha foi o fortalecimento da Fafeg (Federação de Associações de Favelados do Estado da Guanabara) levando a realização do “Primeiro Congresso dos Favelados”:

Congresso dos Favelados começou para apreciar teses de seus problemas  
Instalou-se ontem, sob a Presidência do chefe da delegação da Associação dos Moradores e Amigos do Morro da Catacumba, Sr. Hélio Luís Martins, na sede da Escola de Líderes Operários, a primeira reunião plenária do I congresso de Favelados da Guanabara, para apreciação, discussão e votação das teses apresentadas sobre marginalidade, habitações, subsistência e saúde.

O Presidente da Federação das Associações de Favelados do Estado da Guanabara, Sr. Etevaldo Justino de Oliveira, declarou ao Jornal do Brasil que o objetivo do Congresso é promover o entrosamento dos favelados entorno das mesmas soluções para os seus problemas, e as conclusões aprovadas serão reunidas num livro, "a verdadeira cartilha reivindicatória dos moradores das favelas". (CONGRESSO, 1964: p. 32).

Num primeiro momento, o governo de Lacerda oscilou entre a política remocionista e urbanista, construindo com o financiamento norte-americano as vilas Kennedy, Aliança e Esperança, bem como a Cidade de Deus, para receberem as famílias removidas das favelas do Centro e Zona Sul da cidade; por outro lado,

Dentro desse período de mudanças dramáticas no cenário político carioca, as matérias produzidas pelo *Jornal do Brasil* no ano em questão, geraram a seguinte nuvem de palavras:

### Gráfico 2



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Vemos em grande destaque a palavra “Vila”, evidenciando a escolha da política de construção de habitações populares nesse período. Além disso, podemos notar também o destaque para as palavras “Estado”, “Governo” e “Serviços Sociais”, construindo uma visão de que a favela seria um “problema” de Estado, sendo “resolvida” pelas tentativas e programas governamentais.

Em editorial do dia 6 de fevereiro deste ano, fica clara a visão do jornal sobre os moradores de favelas e sua relação com os aparelhos do Estado:

Eis que o atual Governo da Guanabara decidiu afinal subir os morros e incorporar à área de suas preocupações administrativas o problema da população favelada. Pois a verdade é que esse imenso contingente humano, quase um milhão de criaturas, parecia não ser parcela da coletividade carioca, sem participar quer dos benefícios quer dos ônus distribuídos pelo Estados aos cidadãos prestantes. Surge, então, a auspiciosa experiência do morro do Pasmado. Em tempo recorde, logrou o Governo remover toda uma massa de favelados para núcleos habitacionais destinados especialmente a abriga-los em condições mais dignas de vida. As resistências do início, insufladas por agitadores profissionais, pelo interesse que se nutriam da miséria das favelas, pelos cabos eleitorais e políticos de bica de água ou mesmo pelo compreensível instinto de conservação da gente do morro, essas resistências foram superadas com os argumentos mais poderosos da própria evidência fiel e favorável. Verificaram os favelados que não estavam sendo cruelmente lançados à rua da amargura nem ofendidos na sua humildade: as casas com que o Governo lhes acendia a imaginação e as esperanças existiam de verdade e cada um deles estava deixando a condição de pária para



ingressar num mundo novo de dignidades e responsabilidades. (EDITORIAL, 1964: p. 1).

O tratamento por “criaturas”, “gente do morro”, produz uma dicotomia com os “cidadãos prestantes”, colocando-os na condição de pré-cidadãos carentes da intervenção estatal para lhes suprir as necessidades que nem mesmo reconhecem. O editorial colabora com as questões levantadas pela análise da nuvem de palavras na medida em que faz uma ligação entre as ações do Estado como sendo necessárias para uma parcela da população carente e que não sabe o que realmente é melhor para si, passíveis de serem enganadas por qualquer político ou “charlatão” que queira se aproveitar. Essa visão de que os favelados são inocentes e não gozam de senso crítico sobre a sua realidade social é afirmado no título desse texto, “Abutres das favelas”, mostrando que os mesmos estão sendo explorados por outros atores interessados em ganhar em cima da “inocência” e “passividade” dos seus moradores.

Favela vai abaixo

Trinta trabalhadores da Administração Regional de Ramos, sob as vistas de um choque da Polícia Militar e de seis investigadores, demoliram ontem 150 barracos da Favela de Manguinhos, também conhecida como do Expedicionário, atendendo a um pedido do Ministério da fazenda. A retirada das famílias foi pacífica, mas muitos lamentaram a mudança repentina. (FAVELA, 1964: p. 1).

### Imagem 1 - Favela



Fonte: FAVELA, 1964: p. 1.



As remoções, muitas das vezes, eram feitas de maneira repentina, impossibilitando a reorganização da vida dos moradores. Alguns perdiam todos os seus pertences, outros eram obrigados a pagarem pelo transporte de sua mobília até a Vila em que deveria adquirir um imóvel, descontando uma porcentagem do seu salário mínimo. É claro o tratamento dos moradores de favela como não-cidadãos, que não possuindo condições mínimas de sobrevivência nas favelas, são retirados das mesmas de forma arbitrária e lançados a sua própria sorte. Quem não possuía salário para adquirir uma das casas das Vilas construídas era levado para um abrigo ou deveria arrumar sozinho outra forma de viver, muitas vezes indo morar em outras favelas da cidade.

Uma das marcas dos períodos remocionistas são as queimadas dos barracos das favelas. Algumas faziam parte do programa de higiene, “de caráter essencialmente profilático”, e outras de forma criminosa e sem o prévio aviso dos moradores, como a *Favela da Praia do Pinto*. Na foto abaixo, um menino avista o incêndio aos barracos da favela *Maria Angu*, situada à margem da Avenida Brasil:

### Imagem 2 - Incêndio



**Fonte:** FAVELA, 1964: p. 1.

O caráter autoritário e pragmático das ações perpetradas pelo Estado aos territórios de favelas nesse período histórico é materializado nos episódios de queimadas dos barracos. Não havendo outra forma de expulsar os moradores, e retirando a possibilidade de se reassentar no antigo local de moradia, esses indivíduos eram levados para as Vilas longínquas, onde teriam uma “melhor sorte” e seriam assistidos pelos serviços públicos.

Quando os “favelados” se enquadram dentro das expectativas de comportamento que são bem vistos pelas classes dominantes a situação se inverte, e a favela passa a ser vista como alvo de urbanização, como no caso da favela de *Tavares Bastos*:

Favela Tavares Bastos quer se tornar numa cidade dentro do Rio de Janeiro. Convictos de que nem todos favelados do Rio de Janeiro vão caber nas Vilas Kennedy e Aliança, os que residem no Morro Tavares Bastos, no Catete, estão procurando dar à sua favela o que as outras não tem: higiene, segurança, tranquilidade e paz. E, como querem transformá-la numa cidade, já fizeram, até, suas posturas.

A comunidade, por exemplo, é regida por um Conselho de Moradores, que se divide em Conselho Técnico e em Conselho Fiscal, os quais promovem o desenvolvimento do morro e o bem-estar dos seus habitantes, junto às autoridades federal e estadual, além de debater, numa pracinha do centro, os problemas urbanos locais.

A Favela

A Favela Tavares Bastos, que pretende ser uma cidade dentro da Metrópole, é constituída por 235 famílias humildes e pacatas, que ocupam 220 barracos. Está incluída no Plano de Urbanização de Favelas, do Departamento de Recuperação das favelas do Governo do Estado. (FAVELA TAVARES, 1964: p. 25).

Importante destacar a menção do fato da favela ter até “suas posturas”, normas morais a serem cumpridas por todos. Esse é um exemplo claro do jogo entre imagens e políticas de Estado para com as favelas. As que são “anti-higiênicas” e desorganizadas, são removidas completamente, sendo incendiadas logo a seguir para que seus moradores não tenham a possibilidade de reconstruir os seus barracos. No caso de favelas como a *Tavares Bastos*, que se enquadra dentro da expectativa moral da sociedade global, são urbanizadas e mantidas em seus lugares, ao contrário das removidas, em que seus moradores são colocados “longe das vistas” do centro e Zona Sul da cidade. Desta forma, fica evidente o empréstimo de signos dos territórios aos seus moradores, corporificando ideais e posturas distintas em cada caso.

Retomando a questão sobre a Fafeg abordada no início dessa sessão, é importante salientar a ação dos aparelhos repressivos do Estado para conter a organização dos “favelados” politicamente. A *Favela do Esqueleto* é um exemplo importante da forma pela qual esses territórios e seus moradores eram tratados quando vistos como não-cidadãos. Essa favela, situada onde hoje se localiza a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, era uma das maiores favelas do Rio de Janeiro e estava ameaçada de remoção. A fim de articular uma resistência, Etevaldo Justino de Oliveira, então presidente da Fafeg, organizou um plebiscito para

consultar a opinião dos moradores da favela. Um dia antes do plebiscito, o presidente foi preso pelos agentes do DOPS com todo o material que seria utilizado na votação:

Preso líder dos favelados para impedir o plebiscito sobre mudança do Esqueleto

O Sr. Etevaldo Justino de Oliveira, Presidente da Federação das Associações das Favelas da Guanabara, foi preso ontem por agentes da DOPS e tudo leva a crer que o plebiscito marcado para amanhã na Favela do Esqueleto, não mais se realize, pois todo o material estava sendo preparado pelo líder dos favelados.

Esta teria sido a fórmula encontrada para impedir o pronunciamento dos moradores do Esqueleto, que responderiam se desejavam ou não deixar o local para residir na Vila Kennedy. As previsões eram de que a maioria absoluta estaria contra a mudança, o que deverá iniciar nos próximos dias. (PRESO, 1964: p. 9).

O caso do Esqueleto é emblemático da maneira pela qual o Estado aciona diferentes mecanismos de ação para a execução de seus objetivos, apoiados pela imagem construída da favela e de seus moradores. Nesse sentido, a imputação de uma falta de higiene, segurança e autonomia dá a política remocionista uma legitimação “moral” para a resolução do “problema” dos “favelados” que necessitam da orientação para saírem de suas posições de ilegalidade fundiária, anti-higiênica e insegura:

Favela agora é cinza

O incêndio do Morro do Pasmado, provocado pelos próprios bombeiros, na noite de 19 de janeiro deste ano, representou o início de uma revolução urbana na Guanabara, que destruiu mais um pedaço do Rio Antigo: uma favela, na qual moravam 4128 pessoas, estava morrendo para que nascesse a Vila Kennedy, um conjunto de casas populares onde a água encanada e a limpeza tornariam menos triste a vida de um favelado. (FAVELA AGORA, 1964: p. 44).

## **1968 e a gestão de Negrão de Lima**

Ao ano de 1968 já estava em vigor o Ato Institucional nº 5, que radicalizou os mecanismos de repressão da ditadura, subjugando as resistências políticas contrárias ao governo. Nesse contexto, no ano anterior, foi assinado um decreto que promoveu as associações de moradores a representantes dos interesses do Estado dentro dos territórios de favela, concretizando as ações do Serfha iniciadas em 1961 (BURGOS, 2006: p. 35). Nesse ano, deu-se autorização a um grupo de jovens pesquisadores a formarem a Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), que objetivava-se ao estudo das favelas e de seus moradores, procurando atender suas

necessidades e promovendo um diálogo em que as demandas dos “favelados” pudessem ser ouvidas e levadas em consideração. Nas edições do *Jornal do Brasil* do ano de 1968, pode-se notar a cobertura de algumas palestras e reuniões, bem como um espaço de uma página inteira para a exposição de algumas teses de jovens sociólogos, entre eles Machado da Silva, que na ocasião expunha o conceito de “burguesia favelada”, cunhado em seu artigo *A Política na Favela*, de 1967:

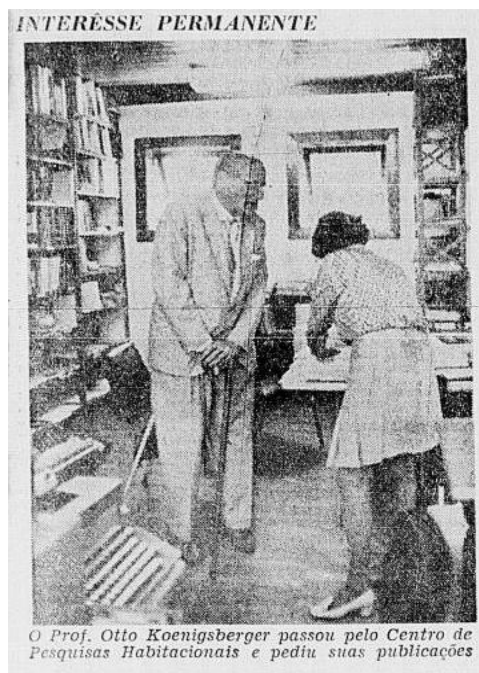
Sociólogos são contra solução paternalista para as favelas

A favela não pode ser julgada a partir de padrões estabelecidos pela classe média, tem tido sua integração ao complexo urbano impedida pela sociedade que considera seus habitantes como ‘incapazes’ e qualquer tentativa de grupos da classe dominante em impor solução para seus problemas - como urbanização - está fadada ao completo desastre.

A conclusão é de um grupo de sociólogos que, aproveitando as horas vagas, há mais de um ano compila e analisa o resultado de todos os trabalhos e pesquisas efetuados nas favelas cariocas. Dentre os aspectos estudados estão o relacionamento da favela com a sociedade global que a repele, porém a utiliza às vezes como massa de manobra eleitoral. (SOCIÓLOGOS, 1964: p. 6).

O jornal, em outra edição, destaca a visita do professor Otto Koenigsberger, diretor do Departamento de Estudos Tropicais da Architectural Association, de Londres, que conclui que se o governo desse oportunidade dos moradores de favelas adquirirem seus terrenos, eles mesmos tratariam de fazer os melhoramentos no território, desmistificando a visão passiva e leniente para com seus dramas:

### Imagem 3 - INTERESSE



Fonte: INTERESSE, 1968: p. 13.





extirpadas. Nessa matéria, moradores de *Vila Aliança* mostram o estado de deterioração da vila, evidenciando o esquecimento da mesma por parte do governo:

Vida está cada vez mais difícil entre os buracos e matagais de Vila Aliança. Construída há quatro anos, a Vila Aliança está hoje com as calçadas arrebitadas, as ruas esburacadas, os esgotos abertos e o mato crescendo por todo lugar. As paredes da Cooperativa Habitacional do Estado racharam e o único telefone do local funciona sempre precariamente.  
- Se nascer uma criança, nós mesmos teremos que cuidar da mãe e do filho, pois não há qualquer assistência social por aqui - reclamam os moradores de Vila Aliança, construída em Vigário Geral para abrigar os moradores da Favela do Pasmado, a primeira a ser erradicada pelos Estado...(VIDA ESTÁ, 1968: p. 7).

Não há a continuidade de uma política pública para as favelas em todo o período estudado. Fica evidente que o jogo político atrapalha a construção de uma alternativa válida para se tratar a questão. Em situação de entrevista coletiva onde o Secretário de Serviços Sociais do governo Negrão de Lima apresenta as novas políticas para lidar com as favelas, e a extirpação de outras, o *Jornal do Brasil* conclui que "Negrão tem planos mas não sabe como acabar com favela" (*Jornal do Brasil*, 06/05/1968, Primeiro Caderno, p. 16).

O aborto do que pode se chamar de "alternativa democrática" para lidar com as favelas, a Codesco, abrem-se as portas para um período de endurecimento do controle das resistências às políticas públicas. Nesse novo contexto, a Fafeg organizou os congressos de favelados nos anos de 1967 e 1968, nos quais conseguiram a representatividade de mais da metade das favelas da cidade (BURGOS, 2006: p. 36). Com essa mostra de organização e força, a Fafeg passou a ser vista com maus olhos pelo governo que logo após os congressos teve sua diretoria cassada, tendo o seu presidente sido preso, falecendo logo depois.

### **Favelas cariocas, jornais e políticas públicas de habitação: algumas conclusões**

Ao realizar essa análise que se concentrou em períodos restritos da história de existência das favelas cariocas, pode-se observar a dinâmica da construção dos discursos sobre as favelas pela mídia. Em um balanço que ora criminalizava, ora evidenciava complacência com a resolução de suas mazelas, a mídia estudada refletiu o contexto geral das políticas públicas de sua época. Ator ativo na dinâmica social, o

jornal de cada contexto se constitui como um arquivo de memória das dinâmicas sociais em questão nos diferentes momentos históricos.

Todos os recursos informativos (textos, imagens, etc.) se combinam e formam um arranjo de significados em cada matéria, que no seu conjunto informam muito mais do que a mera notícia. Por meio do choque entre textos, reportagens e imagens distintas podemos flagrar os mecanismos pelos quais o jornal construiu seu discurso e assim enxergar os caminhos, opções e posições que escolheu. As delimitações utilizadas para criar a reportagem final são meios de organizar a realidade e lhe dar sentido. Dessa forma, mais do que apenas informar, o discurso midiático de cada jornal dos períodos estudados, guia seus leitores para uma interpretação específica da realidade.

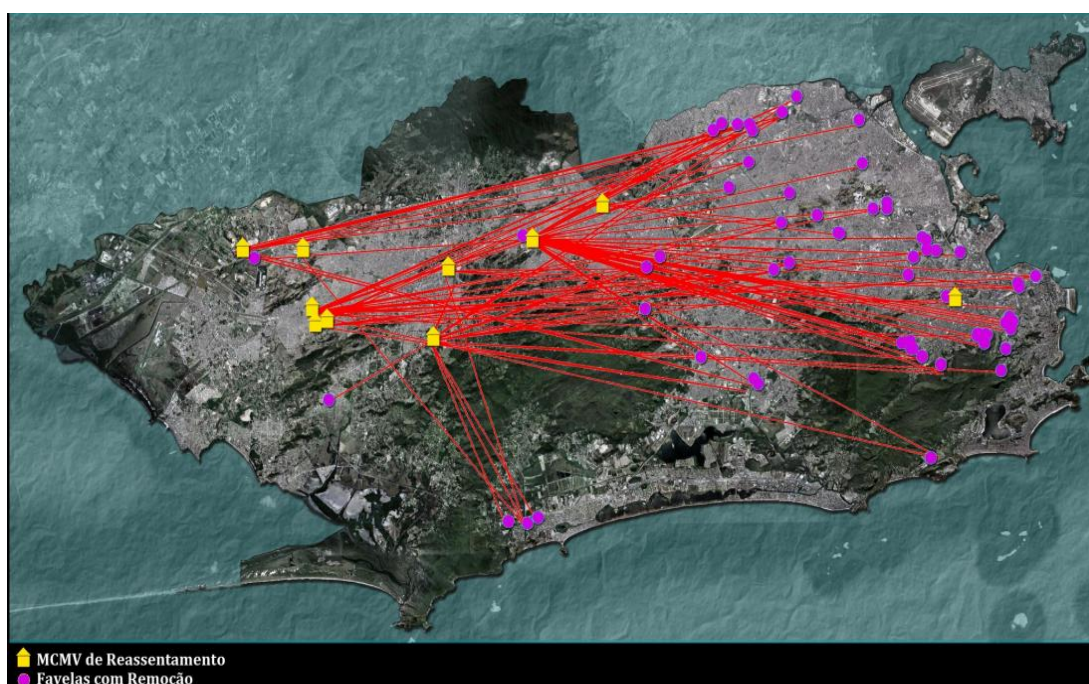
Ao se fazer o percurso histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro, desde sua gênese até a atualidade, podemos notar que sua representação frente a sociedade se modificou diversas vezes. Esses territórios de pobreza já foram vistos como fontes da cultura popular genuína, mas também como o foco da violência, do crime, da “malandragem”, e marcados pela ausência de recursos e/ou comportamentos valorizados pela população em geral (VALLADARES, 2000). Na passagem dos anos 1970 para os 80 o Rio de Janeiro passa a ser rota do comércio internacional de drogas, trazendo uma nova variável que implicaria de maneira contundente na configuração do tráfico de drogas na cidade: a cocaína. Os traficantes encontrarão nas favelas as condições favoráveis para se instalarem, pois por se localizarem em morros, terem terreno acidentado, composto por vielas estreitas, elas são de difícil acesso para quem desconhece sua geografia. Com a entrada do traficante, a sociabilidade desses territórios de pobreza é modificada, obrigando os moradores a pautarem suas ações de acordo com a violência que lhes incide, tanto originada dos traficantes, quanto dos policiais.

Com o aumento da violência e do crime no Rio de Janeiro, o ideal de combate ao crime é modificado pelo ideal de “guerra contra o crime”, fortalecendo nos cidadãos um crescente e contínuo sentimento de medo e insegurança. Essa lógica chegou ao ápice com a instauração da “gratificação faroeste”, que premiava os policiais que matassem mais, exatamente nesses termos. Todas essas mortes eram legitimadas por essa política, utilizando os “autos de resistência” (FARIAS, 2008) como instrumento para que a morte da vítima inocente fosse “necessária”, pois a mesma teria resistido a ação policial, sendo sua morte fruto de sua “resistência”.



Recentemente, em nome de um projeto de cidade voltado para os megaeventos (Copa do Mundo, Olimpíadas, etc.) a alternativa remocionista voltou a ser acionada, sob a alegação de que essas casas estariam em situação de risco ou promovendo uma degradação ambiental (VAINER, 2011). Nesse sentido, apesar de recentemente o prefeito declarar que não há remoções por conta dos Jogos Olímpicos<sup>1</sup>, um estudo recente conduzido por Faulhaber (2011) demonstrou a dinâmica dessas novas remoções no espaço geográfico da cidade, promovendo a retirada das favelas do centro e Zona Sul, reassentando seus moradores na Zona Oeste, processo idêntico ao que foi analisado nas sessões anteriores:

#### Imagem 4 - Favelas removidas e reassentamentos



**Fonte:** FAULHABER, 2012: p. 15.

Essa alternativa agora é acionada sobre a alegação da construção de uma “Cidade Olímpica” e moderna, que precisa se organizar e modernizar para receber os megaeventos e seus investimentos. O ideal de “Cidade Olímpica” perpassa a sociedade como um todo e cria a imagem de uma cidade que necessita se modernizar para receber os investimentos e eventos internacionais. Sob essa nova imagem cria-se um novo ideal que não inclui as favelas em seu projeto, promovendo mais uma vez a

<sup>1</sup>Entrevista dada para a Mídia Ninja. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_detailpage&v=ansb4drmgQU](http://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=ansb4drmgQU)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

remoção das favelas como política pública eficiente para a consecução dos objetivos específicos.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro*. Espaço & Debates nº37, São Paulo, 1994.

BAZELON, David L. “The hidden politics of American criminology”, in J. Conrad (ed.) *The Evolution of Criminal Justice*. Newbury Park: Sage, 1978.

BECKER, Howard Saul. *Falando da Sociedade: Ensaio sobre diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”, in: *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAULHABER, Lucas. *Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminenses, Trabalho de conclusão de Curso de Graduação, 2012.

JEWKES, Yvonne. *Media and Crime*. Londres: SAGE, 2004.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTOS, Romulo Costa. *As “Classes Perigosas” habitam as Favelas: um passeio pela crônica Policial no período das Reformas Urbanas*. Desigualdade e Diversidade. Nº 5, jul./dez., Rio de Janeiro, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da Violência*. Brasília: Verbana Editora, 2010.

RAMOS, Silvia & PAIVA, Anabela (coords). *Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: CESEC, 2005.  
REINER, Robert. *The rise of virtual vigilantism: crime reporting since World War II*. Criminal Justice Matters, n. 43, Londres, 2001.

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do rio de janeiro*. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2874/2811>. Acesso em 05 ago. 2013.

VALLADARES, Licia. *A gênese da favela carioca*. A produção anterior às ciências sociais. RBCS, vol. 15, n. 44, São Paulo, 2000.

### Fontes:

*Congresso dos favelados começou para apreciar teses de seus problemas*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 32, 18 out. 1964.

*Editorial*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Editorial, p. 1, 06 fev. 1964.

*Favela a baixo*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Capa, p. 102, mar. 1964.

*Favela agora é cinza*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Especial, p. 44, 27 dez. 1964.

*Favela tavares bastos quer se tornar numa cidade dentro do Rio de Janeiro*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 25, 18 out. 1964.

*Incêndio na favela*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Capa, p. 125 jun. 1964.

*Interesse permanente*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 13, 02 nov. 1968.

*Mulher barbara!* Correio da Manhã. Rio de Janeiro, Nas Policias e nas Ruas, p. 4, 13 jun. 1905.

*Negrão tem planos mas não sabe como acabar com a favela*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 16, 06 mai. 1968.

*Prefeitura*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, Prefeitura, p. 411, jan. 1905.

*Preso líder dos favelados para impedir plebiscito sobre mudança do Esqueleto*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 9 12 dez. 1964.

*Sociólogos são contra solução paternalista para as favelas*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Coisas da Política, p. 6, 26 mai. 1964.

*Vida está cada vez mais difícil entre os buracos e matagais da Vila Aliança*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 7, 01 fev. 1968.

\*\*\*

**Pablo Nunes:** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Atualmente, trabalha no Laboratório de Análise da Violência e também atua no Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, ambos como pesquisador. Nesses institutos desenvolve pesquisas relacionadas a política pública de segurança, cidadania, sociabilidade e violência em favelas cariocas, avaliação de projetos sociais além de algumas consultorias. Desenvolve pesquisas na área de mídia, representações sociais e agenda, relacionados as questões de violência, policiamento e favelas cariocas. Áreas de Interesse: Violência, Conflitos Urbanos, Mídia, Policiamento, agenda-setting, representações sociais.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** fevereiro de 2017  
**Artigo aprovado para publicação em:** abril de 2017

\*\*\*

#### **Como Citar:**

NUNES, Pablo. Favela, mídia e remoções: discurso jornalístico, imagens sociais e políticas públicas de habitação em favelas cariocas. **Revista Transversos. “Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural”**. Rio de Janeiro, n<sup>o</sup>. 09, pp. 349-374, ano 04. abr. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.27715.

